

Ofício nº 204/2015

Caculé, 02 de setembro de 2015

Exm^a. Senhora
Sônia do Carmo Neves Santana
M.D. Presidente da Câmara Municipal
CACULÉ – BAHIA

Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 11/2015, que dispõe sobre a autorização para contribuição, pelo município, às entidades associativas municipais.

As entidades associativas municipais, como a União dos Municípios da Bahia – UPB, Confederação Nacional dos Municípios – CNM e demais associações regionais de municípios atuam na defesa dos interesses dos municípios de forma institucional, contribuindo para a solução de diversos problemas que aflige o ente federativo menor, é de suma importância a filiação a entidades tais, para o fortalecimento do municipalismo.

O município, para manter-se filiado, deverá efetuar o pagamento da contribuição associativa, fixada em Assembleia Geral das referidas associações, para que estas possam cumprir a sua missão de representação e defesa dos interesses dos municípios, despesa esta que, em observância ao princípio da legalidade e da finalidade, se subsume ao crivo do Poder Legislativo e servirá para manutenção das entidades associativas, assegurando a atuação conjunta entre estas e o município, em prol do interesse público.



Neste contexto, em conformidade com os dispositivos contidos na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno dessa Colenda Casa Legislativa, além das demais normas que regulam a matéria, solicito respeitosamente que o referido projeto seja apreciado e que possa receber parecer favorável das comissões e aprovação unânime do plenário, fortalecendo assim o municipalismo.

Atenciosamente,

José Roberto Neves

Prefeito

Zosé Roberto Naves



PROJETO DE LEI Nº 11, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
CONTRIBUIR MENSALMENTE COM AS
ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DE
MUNICÍPIOS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Caculé, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir mensalmente com a União dos Municípios da Bahia UPB, a Confederação Nacional de Municípios CNM e com a Associação dos Municípios dos Vales do Rio do Antônio e Rio Gavião.
- Art. 2º A contribuição visa a assegurar a representação institucional do Município de Caculé junto aos Poderes da União e Estadosmembros, bem como nas diversas esferas administrativas e órgãos normativos dos entes federados desenvolvendo, para tanto, dentre outras, as seguintes ações:
 - I integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;
 - II participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos Municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, à modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

My

Caculé GOVERNO MUNICIPAL

III - representar os Municípios em eventos oficiais de âmbito

nacional, regional ou microrregional ou local;

IV - desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e

à modernização da gestão pública municipal.

Art. 3º - Para custear o cumprimento das ações referidas no

artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com a(s) entidade(s)

descritas no art. 1º em valores mensais a serem estabelecidos na Assembleia

Geral anual de cada entidade associativa.

Parágrafo único: As entidades de representação prestarão contas

dos recursos recebidos na forma estabelecida pelas respectivas Assembleias

Gerais.

Art. 4º - Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição

realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 5° - As despesas decorrentes da execução da presente lei

correrão à conta do Orçamento Municipal

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2015.

José Roberto Neves

Prefeito